



# Anais da Assembléia

Nº 180

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XI X

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Prels - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

(\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, aos projetos aprovados

Curitiba, terça, em 14.12.93

em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Douto Plenário, inserir nos trabalhos desta sessão, voto de aplausos à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo Cornélio Procópio, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cornélio Procópio e região.

Enviar correspondência ao Sr. Oscar Francisco Belarim MD. - Presidente da entidade, sito a Av. Alberto Carazzai, 470 - Cornélio Procópio - PR.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A nossa propositura tem o objetivo de aplaudir os médicos veterinários da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - S.P.M.V.CP, núcleo de Cornélio Procópio.

Seus médicos são profissionais competentes e vêm aplicando técnicas modernas de tratamento em animais de todos os portes, orientando as pessoas sobre a zootecnia e prestando relevantes serviços a comunidade procopense e regional.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 763/93

A Assembléias Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Movimento de Ação Social do R.U.C., com sede e foro na Cidade de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Criado em 1982, o Movimento de Ação Social R.U.C., com sede e foro na Cidade de Ribeirão Claro, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, cultural e de assistência social.

Vem promovendo suas ações em favor dos menos favorecidos da sorte.

Esta entidade tem, realmente, exercido papel de suma importância dentro da sociedade ribeirãoclareense.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, no sentido de aprovarem a medida proposta.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 733/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 112/93. Reajuste, a partir de 1° de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos Servidores Cíveis e Militares, ativos e inativos e os salários do pessoal contratado, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa o Plenário que ao Projeto de Lei foram anexadas inicialmente duas emendas, uma de autoria do Deputado Colombino Grassano, apoiado por diversos outros Deputados e diz o seguinte:

#### PROJETO DE LEI N° 733/93 EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO N° 1

Art. 8° - do Projeto de Lei n° 733/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Heinz Herwig, Anibal Khury, João Iensen, Nelson Garcia, Valderi Mendes Vilela, Paulo Maia, Ademar Traiano, Carlos Simões, Basílio Zanusso, José Alves, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Nelson Justus, Rossoni, Arlindo Troian, Cezar Silvestri e Mário Bezerra.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir o art. 8°, para que não se suprima do Estatuto dos Funcionários Públicos, a possibilidade dos dirigentes dos Poderes em utilizar, quando necessário, a gratificação por en-

cargos especiais.

Tal gratificação está prevista para situações de interesse público em caráter excepcional.

Ressalte-se que tal proposta, tem ainda como finalidade, resguardar a autonomia dos Poderes legalmente constituídos. Por isto entendemos, que a revogação de tais dispositivos, fere sobremaneira a autonomia administrativa e financeiramente dos Poderes.

Somente com a aquiescência dos Chefes dos Poderes no Estado é que tal propositura poderia ser alterada, daí sua inconstitucionalidade.

Ademais, a Constituição do Estado prevê aos Estatutos tratamento diferenciado, via Lei Complementar.

Dadas tais colocações esperamos contar com a aprovação dos Senhores Deputados nesta Casa.

Uma segunda emenda apresentada pela Deputada Emilia Belinati, emenda n° 2, apoiada por diversos Srs. Deputados, diz o seguinte:

#### PROJETO DE LEI N° 733/93 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Incluir no Projeto de Lei n° 733/93 mais um artigo, nos seguintes termos:

"Art. 9° - "Autoriza o Poder Executivo a conceder, no mês de dezembro 1993 e no mês de janeiro de 1994, abono equivalente ao INPC do mês de novembro aos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo."

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Rossoni, Valderi Mendes Vilela, Luiz Carlos Martins, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Nelson Justus, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Severino Félix, Doutor Rosinha, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Paulo Maia e Luiz Carlos Alborghetti.

Essas emendas já foram submetidas a C.C.J. e receberam o seguinte parecer:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 733/93

P A R E C E R:

Analisando a Emenda de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano e outros, dando nova redação ao artigo 8° do Projeto de Lei n° 733/93, sob os aspectos regimental e legal a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

Pela aprovação das Emendas nº 1 e 2 de Plenário.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Apoiamto: Nelson Garcia, João Iensen, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Nilton Barbosa e Oswaldo Trevisan.

"Sob os aspectos regimental e legal as mesmas encontram-se em condições de ser apreciadas pelo douto Plenário.

Pela aprovação das Emendas 1 e 2 de Plenário.

Portanto essas duas emendas possuem já parecer da CCJ e essa presidência recebe nesse instante emenda de autoria do Deputado Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, que diz:

PROJETO DE LEI Nº 733/93

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Substitua-se os arts. 1º e 2º, do projeto de Lei supra pelos seguintes:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados em 70% (setenta por cento), divididos em duas parcelas, sendo a primeira, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de dezembro do corrente ano, e a segunda em 36% (trinta e seis por cento) sobre o salário reajustado de dezembro, paga a partir de 01 de janeiro de 1994.

Art. 2º - Os valores das gratificações de representação de gabinete, ficam reajustados nas mesmas datas e percentuais discriminados acima.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamto: Heinz Herwig e Emilia Belinati

JUSTIFICATIVA:

A emenda preserva o percentual de 70% (setenta por cento) proposto pelo Poder Executivo, porém antecipa uma parte do mesmo para o mês de dezembro, amenizando desta forma as acentuadas perdas salariais acumuladas durante o ano. É notório que não se recomporá o Poder aquisitivo do salário do servidor, cujas perdas durante o ano de 1993 ultrapassaram a média de 100% (cem por cento).

Dado que essa emenda está chegando neste instante e tendo em vista requerimento aprovado por este Plenário, nós transformamos neste instante este Plenário,

Curitiba, terça, em 14.12.93

rio, em Comissão Geral e designo o Deputado, Presidente da C.C.J. Erondy Silvério para que relate em Comissão Geral a emenda do Deputado Ovídio, Doutor Rosinha e Ernani.

Faço chegar às suas mãos, a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Recebo emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 733/93.

E como não é atribuição do Poder Legislativo legislar sobre vencimento de funcionários públicos, a Comissão de Plenário designada por Vossa Excelência, se viu na contingência de exarar Parecer contrário, à Emenda, por não ser de competência do Poder Legislativo legislar sobre vencimento de funcionários públicos.

As outras emendas obtiveram Parecer Favorável, porque eram meramente autorizatórias. Essa Emenda é Substitutiva e é imperativa ao Projeto de Lei nº 733/93.

Portanto, eu não posso dar o parecer Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o parecer Contrário do Deputado Erondy Silvério, em Comissão Geral à Emenda proposta pelos Deputados Ovídio, Ernani e Florisvaldo Fier. **Aprovado o Parecer.**

Em votação, o Projeto, ressalvadas as Emendas. **Aprovado.**

Em votação a Emenda de Plenário nº 1. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de Plenário nº 2. **Aprovada.**

Com parecer Contrário da Comissão Geral de Plenário, em votação a Emenda nº 3.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Em função do Parecer Contrário da Comissão de Plenário, nós solicitamos a retirada da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está retirada a Emenda. O Projeto irá à 3ª discussão na próxima Sessão Extraordinária, quando serão apreciadas apenas duas emendas aprovadas pelo Plenário.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 735/93, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 01 de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 736/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Of. n° 1040, que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 737/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. 2046/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 738/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 2047/93, que reajusta o vencimento básico mensal do Cargo de Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 739/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 740/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 2039/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Resolução n° 005/93, de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa, que autoriza a realização de Plebiscito no Município de Miraselva, para

que a população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira. Com PARECER DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, **Emenda Substitutiva de Plenário**, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, nos seguintes termos:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/93

## EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1° - O artigo 1° da Resolução n° 066/90, de 17 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Miraselva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira.

Começa na nascente do Ribeirão do Capim, divisa intermunicipal de Jaguapitã.

Do ponto inicial desce pelo Ribeirão do Capim, até a foz do Córrego Taquarana, deste ponto sobe pelo Córrego Taquarana até a sua nascente, deste ponto em linha seca rumo leste até encontrar a nascente do córrego Itaúna, desce por este até a sua foz no Córrego Mita Cunha, desce por este até a sua foz no Ribeirão Vermelho, sobe por este até a foz do Ribeirão Grande, sobe por este até a foz do Córrego Dr. Carlos, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca rumo noroeste até a nascente do Ribeirão do Capim, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Emenda Substitutiva entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

Está em discussão o Substitutivo.

Está em votação o Substitutivo Geral.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Qual o item que está sendo colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) O item número 09.

O Projeto irá à 3.<sup>a</sup> Discussão, para aprovação do Substitutivo Geral logo a seguir.

Presença dos Vereadores de Ibema, José Damaceno de Oliveira e Isaudino Rosa da Silva.

Solicitação do Deputado Ernani Pudell.

A mesa registra com satisfação.

## ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Decreto Le-

lativo nº 003/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Fixa a Remuneração do Governador e vice-Governador para o Exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com Emenda de Plenário com PARECER da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
P A R E C E R:

O presente Decreto Legislativo de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, tem por objetivo fixar a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, para o exercício de 1994.

Chamada essa Comissão a opinar, não encontramos nada que impeça a sua normal tramitação, manifestando-nos FAVORAVELMENTE para que se encaminhe ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Apoio: Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Colombino Grassano, Toti Colação, Alceu Swarowski, Júlio Bifon, Emilia Belinati e Valderi Mendes Vilela.

Está em discussão o Projeto. Está em discussão a emenda. Está em votação o Projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam o Projeto permaneçam como estão. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Vamos à emenda. Está em votação a emenda de Plenário ao Projeto de Decreto Legislativo 003/93. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a emenda é da Bancada do Partido dos Trabalhadores e propõe manter a coerência do Sr. Governador do Estado, porque o Sr. Governador no transcorrer desse ano enviou Mensagem a esta Casa aonde estabelecia que maior salário do Estado deveria ser vinte vezes o menor salário. Em função dessa coerência do Sr. Governador a Bancada do PT apresenta esta emenda dizendo que o Sr. Governador deve ter como remuneração em 94 vinte vezes o menor salário do servidor público e corrigido de acordo com o salário desses servidores. Nós pedimos o apoio dos Srs. Deputados, principalmente da Bancada Governista para que não contrarie a coerência Governamental, que é que ele deseja que essa coerência seja mantida entre o discurso e a prática.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Rejeitada a emenda e aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 530/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, incorpora parte da área territorial do Município da Lapa ao Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 713/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 100/93. Altera a denominação dos cargos de provimento em comissão que menciona, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, assim como criar, na mesma Secretaria de Estado, os cargos em comissão que relaciona, em número e simbologia conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 171 de 02.12.93 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 713/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 100/93, o presente plano de lei altera a denominação dos cargos de provimento em comissão que menciona, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, assim como criar, na mesma Secretaria de Estado, os cargos em comissão que relaciona, em número e simbologia conforme específica.

Proferida a análise da referida proposta, esta Comissão não encontrou óbices de natureza legal, constitucional e regimental a sua tramitação normal pelos órgãos da casa.

Considerando a importância da medida para os interesses da Administração, no sentido de estruturar os estabelecimentos penais de acordo com as necessidades atuais, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 713/93

P A R E C E R:

A presente proposição do Executivo altera denominação de cargos comissionados nas Secretarias do Estado da Justiça e da Cidadania.

Sob a luz do art. 3º § 3º do Regimento Interno deste Poder Legislativo, a proposição merece parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/93, que aprova crédito su-

plementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 116.763.000,00, conforme específica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 749/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 749/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
JÚLIO BIFON - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 750/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 115/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 87.216.000,00, conforme específica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 750/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 750/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 720/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 099/93, que altera dispositivos da Lei n° 8925 de 28 de dezembro de 1988, (IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 171 de 02.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 720/93

P A R E C E R:

Trata-se no caso de Mensagem Governamental que visa estabelecer regras atualizadas da cobrança do IPVA.

Cuidadosa análise da lei em questão não deixa dúvidas que, ante ela, nenhum óbice se pode apresentar agora nesta Comissão.

É que refoge ao âmbito dela rever leis anteriores - já aprovadas - e em uso.

Não se pode - por exemplo - argumentar que quando da edição da Lei n° 8.925 foi erroneamente estabelecido o dia 1° de janeiro de cada exercício como fórmula necessária e suficiente a sua ocorrência além da situação de fato que seria o da aquisição da posse de um veículo.

É verdade que a lei anterior (Lei 8.925, art. 2°, Inciso IV) desconsiderou o disposto no art. 160, do Código Tributário Nacional que diz: "quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento", - e este é o caso eis que pagar-se-á o IPVA quando o órgão do Detran designar - "o vencimento do crédito (Do Tributo) ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento".

Todavia a lei atual não majora o valor da coisa, apenas o corrige.

Ela estabelece seu valor em 1° de janeiro de cada exercício.

Atualiza através do FCA (Fator de Conversão e Atualização) o tributo, a cada ocasião de recolhimento fixado pelo DETRAN.

Trata-se porém de valores que se inserem numa política financeira.

E isso é matéria de mérito que não cabe analisar.

Nosso parecer é favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 748/93, de autoria do Poder Executivo - Mens. n° 113/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no

valor de CR\$ 335.000.000,00, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 748/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em questão, no que diz respeito a seus aspectos constitucionais, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para a sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável. É o relatório.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 748/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 751/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 117/93, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 259.516.640,00, conforme específica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 751/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 751/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Curitiba, terça, em 14.12.93

sição.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 752/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 118/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 17.100.000,00, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 752/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 752/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 753/93 autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 119/93, aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.300.000,00 conforme específica. Com PARECER DA C.C.J. e C.S. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 753/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis a proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS



## PROJETO DE LEI N° 753/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis a proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 754/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 120/93, aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 268.480.000,00, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 175 de 09.12.93 - Mens.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 754/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Por isso, somos favoráveis a proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

COSTENARO NETO - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N° 754/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

## ITEM 21

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 761/93, autoria do Deputado Orlando Pessuti, institui o Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 178 de 14.12.93).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 761/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N° 761/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Finanças não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 762/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 122/93, acresce as alíquotas das tabelas de que trata o art. 4° da Lei n° 7257 de 30.11.79, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. o D.A. n° 177 de 13.12.93 - Mens.).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 762/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N° 762/93

P A R E C E R:

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices que possam impedir a apreciação do mesmo no Plenário desta Casa de Leis.

Posto isso, somos favoráveis à proposição.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 4969 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4993, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Esta Presidência suspende a Sessão por alguns instantes para que possamos elaborar a Ordem do Dia da próxima Sessão Extraordinária.

Está suspensa a Sessão por alguns instantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - das Proposições n°s 061 e 084/93;

dos Projetos de Lei n°s 399, 572, 581, 324 e 655/93.

3.<sup>a</sup> DISCUSSAO - dos Projetos de Lei n°s 733/93;

Curitiba, terça, em 14.12.93

do Projeto de Resolução n° 005/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - dos Projetos de Lei n°s 530, 713, 749, 750 e 720/93; do Projeto de Resolução n° 027/93; e dos Projetos de Lei n°s 748, 751, 752, 753, 754, 710, 728, 072, 686, 762 e 761/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 714/93.

Levanta-se a sessão.